

**Depois de gastar 3,5 bilhões de meticais com obras nas escolas...**

## **Suspensão de aulas presenciais revela falhas na resposta a Covid-19 no sector da Educação**

Por: Leila Constantino

### **Introdução**

Com o surgimento, em Março de 2020, dos primeiros casos de infecção pelo novo coronavírus em Moçambique, o Governo decidiu suspender as aulas presenciais em todo o país, pois as escolas não reuniam condições para garantir a prevenção da propagação do vírus nas comunidades escolares. De seguida, o Governo anunciou a disponibilização de um fundo de 3,5 bilhões de meticais para a construção e reabilitação de sanitários e fontes de abastecimento de água em escolas públicas e institutos de formação de professores, como forma de conter a propagação do novo coronavírus entre os alunos e professores<sup>1</sup>. As aulas retomaram, mas em Julho corrente, o Governo voltou a suspender as aulas presenciais nas principais cidades do país alegando o aumento do número de casos positivos de COVID-19 no país<sup>2</sup>. Afinal para que serviram os 3,5 bilhões de meticais? O CIP realizou pesquisa de campo e os resultados mostram que houve falhas graves na reabilitação das escolas.

Com o fundo, segundo reportou o Governo no relatório do Balanço do Plano Económico e Social (BdPES) 2020, foi concluída, em 90 dias, a reabilitação de 262 e construção de 134 novos sanitários escolares, a construção de 45 sistemas de abastecimento de água nas Escolas secundárias e Institutos de Formação de Professores<sup>3</sup>. A execução das obras estava prevista para decorrer de Agosto a Outubro de 2020, sob a responsabilidade do Ministério das Obras Públicas Habitação e Recursos Hídricos (MORPH).

Volvidos cerca de 6 meses após o prazo para o término das referidas obras, o CIP visitou escolas públicas e institutos de formação de professores em todo o país para verificar o nível de execução, a qualidade e o custo das intervenções. No terreno, constatou-se que, na maioria das escolas e institutos intervencionados, as obras não foram concluídas. Até finais de Maio do ano corrente, em 56,8% das escolas e em 50% dos institutos beneficiários das intervenções, as obras ainda estavam a decorrer. Das obras concluídas, algumas já estão a degradar-se devido à aparente baixa qualidade do material usado e por falta de acabamentos apropriados destas obras.

1 Jornal O País (2020), Escolas reabrem este mês para alunos da 12ª classe, disponível em <http://opais.sapo.mz/escolas-reabrem-este-mes-para-alunos-da-12-classe> [consultado a 19/05/2021].

2 Cfr. Decreto n.º 50/2021 de 16 de Julho, que Revê as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, e revoga o Decreto n.º 42/2021, de 24 de Junho.

3 Balanço do Plano Económico e Social (BdPES) de 2020

## Metodologia

O CIP visitou 125 escolas e 10 institutos de um total de 35 locais (entre distritos e cidades). A recolha de informação baseou-se em entrevistas à comunidade escolar (directores, professores e alunos) das escolas e institutos visitados, para além da verificação física das obras executadas, para aferir o estado o estado das mesmas. O trabalho de campo foi realizado por uma equipa de 35 assistentes de pesquisas locais, coordenados por três pesquisadores do CIP, baseados em Maputo. Igualmente foram consultados documentos orçamentais para a verificação da dotação e execução orçamental no âmbito deste projecto.

Quadro 1. Locais visitados na recolha de informação

Província	Cidade/Distrito	Província	Cidade/Distrito
Niassa	Lichinga, Mandimba e Ngaúma	Manica	Chimoio, Gondola e Sussundenga;
Cabo Delgado	Cidade de Pemba, Montempuez e Chiúre	Sofala	Beira, Dondo e Nhamatanda;
Nampula	Cidade de Nampula, Malema e Erati;	Inhambane	Maxixe, Massinga e Mabote;
Zambézia	Maganja da Costa, Quelimane Nicoadala e Morrumbala.	Gaza	Xai-Xai, Manjacaze, Chonguene e Chicualacuala
Tete	Cidade de Tete, Moatize e Angónia;	Maputo Cidade	KaMubukwana, KaNhaka e KaMpfumo;
		Maputo Província	Matutuine, Namaacha e Manhiça.

## 1. Análise à Execução dos fundos para contenção da Covid-19 nas escolas: Principais Constatações

A reabilitação de sanitários escolares é uma importante iniciativa, especialmente num contexto em que dificuldades de acesso a água segura e condições adequadas de saneamento são dos maiores desafios sociais nas escolas e comunidades de todo o país<sup>4</sup>, sobretudo neste período de pandemia da COVID-19 em que a água é deveras necessária para higienização das mãos para prevenir a propagação do vírus.

A execução dos 3, 5 biliões de meticais alocados para construção e reabilitação de sanitários em escolas públicas foi marcada por problemas de diversa ordem desde a adjudicação das obras às empresas de construção civil até à sua execução, sendo de destacar a falta de transparência.

Relativamente à execução orçamental, de uma dotação de 3,5 mil milhões de meticais, foram executados 93% destes fundos até Dezembro de 2020, alocados ao MORPH, no âmbito dos “Projectos da COVID”, segundo a Conta Geral do Estado 2020.

Segundo apurou o CIP no âmbito das visitas às instituições de ensino intervencionados, não houve cumprimento dos prazos de conclusão das obras, ou seja, as obras tiveram a duração de mais de três meses inicialmente previstos. Em cerca de 56,8% das escolas e em 50% dos institutos visitados as obras ainda não tinham sido concluídas até finais do mês de Maio de 2021. A não conclusão das obras no prazo definido é contraditório ao argumento de necessidade de celeridade das obras nestas instituições para conferir condições de contenção de infecções, e pode ter configurado uma das razões para o alastramento de casos positivos nas mesmas.

4 <https://www.cipmoz.org/en/2021/05/17/falta-agua-e-condic%cc%a7o%cc%83es-basicas-de-saneamento-nas-unidades-sanitarias-de-niassa/>

Dentre as constatações da pesquisa, também se destacam as seguintes:

- Direcções das escolas e institutos visitados sem informações sobre o custo das obras nas suas respectivas instituições;
- A paralização das obras em algumas escolas por falta de pagamento do empreiteiro;
- As direcções das escolas não tiveram acesso aos contratos para aferir se os empreiteiros conduziram as obras conforme os termos do contrato;
- A fixação de placas de construção semelhantes em diferentes escolas em cada distrito, o que impossibilita o conhecimento do custo unitário das obras em cada instituição;
- Em grande parte das escolas visitadas, não houve encontros de consulta entre o MORPH, empreiteiros e a direcção destas escolas, sobre o nível e necessidade de intervenção a se fazer, resultando em alguns casos na intervenção em espaços sem necessidade, implicando desperdício de recursos. Em outros casos as intervenções não respondem às necessidades da escola. Uso de material e equipamentos sem qualidade, a verificar pela rápida deterioração de equipamentos como torneiras, e pela rápida deterioração de tectos de alguns sanitários;
- Algumas escolas com escassez de água, necessitavam de maior intervenção neste aspecto (construção de fontes próprias ou ligações com fornecimento potente de água), visto que nas condições em que se encontram as fontes de água, com os novos sanitários, a água não vai conseguir satisfazer a demanda;
- Algumas obras visivelmente de baixa qualidade fogem ao padrão estrutural observado na maioria das intervenções nos sanitários em todo país, não se conhecendo as razões e implicações financeiras destas diferenças, que têm implicações no custo da obra;
- Grande parte dos sanitários não foram construídos para atender alunos com necessidades físicas especiais;
- O Governo adjudicou a maioria das obras a grandes empresas com alvará de sétima classe (a maior classe), excluindo o envolvimento das Pequenas e Médias Empresas (PME) de nível local;

## **1.1 Governo fez vista grossa à riscos de corrupção e optou por ajustes directos desnecessários**

Segundo o Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MORPH), João Machatine, a opção de contratação por ajustes directos ajudaria a reduzir substancialmente o tempo de modo que as obras iniciassem a breve trecho e ainda em 2020 as mesmas fossem concluídas<sup>5</sup>. Entretanto, passado quase um ano após esta declaração, as obras nas escolas e institutos ainda não foram concluídas, o que dá a entender que o argumento da celeridade na execução das obras tenha sido usado apenas para contornar o concurso público. O argumento da necessidade de brevidade na execução das obras pode ter sido apenas um pretexto para se recorrer ao ajuste directo, mesmo com os evidentes riscos de corrupção que esta modalidade de contratação acarreta. Com a retoma das aulas presenciais neste ano, muitos alunos encontraram as escolas ainda sem sanitários nem fontes de água apropriados. A corrida para a contratação directa não surtiu o efeito desejado, pelo contrário, pode ter criado um terreno fértil para subornos ou comissões e outras formas de corrupção na contratação dos empreiteiros, como tem sido recorrente no país.

Até finais de Maio de 2021, as obras em algumas escolas beneficiárias deste projecto ainda não tinham sido concluídas, outras sequer se tinha a certeza da sua conclusão. São cerca de 56,8% de escolas com obras ainda não concluídas até o período referido. A Escola Secundária de Niosse, no distrito de Malema, província de Nampula, faz parte deste universo. A escola é beneficiária de uma parte dos fundos do projecto, entretanto, as obras ainda não tinham iniciadas. Segundo se apurou, o empreiteiro apenas fez a escavação e a obra parou nesse estágio, desde Janeiro do ano corrente. O director desta escola relatou que não há esperança de retoma das obras, desconfiando que seja um caso de desvio de fundos, que segundo este coloca em causa a saúde dos alunos e funcionários pela falta de condições adequadas de saneamento nesta escola, especialmente neste período de pandemia.

<sup>5</sup> <https://www.mophrh.gov.mz/?p=2039>

**Figura 1:** Escavações para início de obras – Escola Secundária de Niosse- Distrito de Malema



Outro caso de atraso de obras é o da Escola Secundária Acordos de Lusaka na Cidade de Maxixe, província de Inhambane. A escola foi beneficiária de obras de reabilitação e expansão de sanitários, entretanto desde o seu início em Outubro de 2020 até Maio de 2021 ainda não tinham sido concluídas. Segundo relatos do director Adjunto da instituição, as obras decorriam a um ritmo muito lento e se encontravam paralisadas devido a falta de desembolso de fundos por parte do Governo para a sua conclusão (informação recebida do empreiteiro).

**Figura 2:** Sanitário em construção na Escola Secundária Acordos de Lusaka- Maxixe



Na província de Maputo, a Escola Secundária Quisse Mavota é beneficiária de obras de reabilitação de sanitários, entretanto, segundo a directora da instituição, o trabalho de reabilitação não foi concluído e se desconhecem as razões, sendo que o que os locais intervencionados não estão em funcionamento (fontes de água, torneiras e sanitários). A direcção contactou o empreiteiro e quando apareceu apenas mexeu uma pequena parte, e não mais voltou a escola para finalizar as obras.

## 2. O custo das obras

Segundo se pôde constatar no terreno, os empreiteiros são adjudicados a obras de pelo menos 3 distritos na mesma província. Adicionalmente, é apresentado um único custo global das obras, sem que haja desagregação do custo das intervenções em cada uma das escolas e institutos, tal como se pode observar na Figura 1 abaixo.

As direcções das instituições de ensino visitados não têm informações acerca dos montantes que foram gastos nas suas instituições para as obras de reabilitação e ou construção. Segundo o artigo 49 do Decreto n.º 94/2013 de 31 de Dezembro<sup>6</sup>, uma das obrigadoriedades na contratação pública é que o empreiteiro deve colocar a placa da obra onde dentre várias informações indica o valor da respectiva obra e os prazos, mas isto não aconteceu. A não publicação dos custos unitários das intervenções nas instituições de ensino denuncia a falta de transparência neste processo, não dando abertura para a monitoria, na íntegra, dos recursos gastos.

Segundo o MORPH,<sup>7</sup> as empresas foram seleccionadas por lotes e não por escolas e têm um preço global por lotes. “Estas intervenções tratando-se de reabilitações sem um levantamento e projecto detalhado não têm uma quantificação exacta. Só intervindo é que vamos encontrando algumas particularidades e complexidades” – Declarou João Machatine, ministro das obras públicas, habitação e recursos hídricos<sup>8</sup>.

Estas declarações demonstram que não existe uma base sólida para a estimação dos custos das obras nas escolas e institutos, o que abre espaço para a sobrefacturação destes custos. Esta situação coloca em causa a credibilidade do custo das adjudicações feitas pelo governo central para estas obras.

Como alternativa para este aspecto, o Governo deveria ter realizado consultas às direcções das escolas a intervir para saber o tipo de necessidade e avaliar as mesmas. Esta metodologia, permitiria uma estimação eficiente e com bases relativamente mais sólidas, para além de garantir que as intervenções responderiam às necessidades de cada instituição beneficiária.

Facto que chama atenção é que, a Conta Geral do Estado (CGE) 2020, Volume I, Anexo Informativo 7, evidencia que de uma dotação de 3,5 mil milhões de meticais, foram executados 93% destes fundos, alocados ao MORPH, no âmbito dos “Projectos da COVID”<sup>9</sup>.

Isto implica que existia, até Dezembro de 2020 um saldo de 245 milhões de meticais para a finalização destas obras, entretanto, considerando número de instituições com obras ainda não finalizadas, duvida-se que este montante seja suficiente para finalizar estas obras. Neste sentido, questiona-se se é caso de erro de estimação de custos, ou uso inapropriado dos fundos o factor que pode ter contribuído para o atraso na conclusão das obras.

6 Aprova o Regulamento do Exercício da Actividade de Empreiteiros e de Consultor de Construção Civil.

7 ibdem

8 <https://www.mophrh.gov.mz/?p=2039>

9 <https://www.mef.gov.mz/index.php/documentos/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/conta-geral-do-estado-cge/cge-2020/1231-geral-do-estado-ano-2020-volume-i-relatorio-do-governo-sobre-os-resultados-da-execucao-orcamental/file?force-download=1>

**Figura 3:** Placas de obras de alguns distritos das províncias de Cabo Delgado, Inhambane e Zambézia.



As direcções de grande maioria das escolas e institutos visitados informaram que não houve consultas técnicas sobre as necessidades em termos de acesso a água e sanitários em suas instituições, o que impossibilitou o levantamento de aspectos que vão de encontro com as efectivas necessidades destas instituições. Como consequência da falta de consulta, resultou a edificação de obras sem necessidade em algumas escolas.

Relativamente a esta situação, destaca-se a Escola Secundária Geral de Nicoadala na Zambézia, escola foi beneficiária de obras de reabilitação de sanitários, instalação de sistemas de lavagem de mãos e instalação de sistema de abastecimento de água. No entanto, a direcção da escola afirma que não havia necessidade de intervenção na mesma, visto que a instituição já tinha as condições de saneamento salvaguardadas, isto é, sanitários preparados e água nos mesmos. Esta situação mostra que foram gastos fundos sem necessidade, fundos que podiam ser aplicados em outras escolas em real situação de necessidade destas obras.

Na Escola Secundária Josina Machel, por sinal a maior escola do país em número de alunos e também em estrutura física, foi também uma das beneficiárias deste projecto para a reabilitação de sanitários. O que se constatou em visita a esta escola é que o empreiteiro apenas pintou o tecto dos sanitários, entretanto, a maior preocupação da direcção da escola e dos alunos é a falta de água, pois a escola não possui reservatórios de água.

*“Estamos insatisfeitos com esta intervenção porque as casas de banho estão sem água, o que contribui para que tenham um cheiro nauseabundo, que põe em risco a nossa saúde”* – declarou um aluno da escola.

O Instituto de formação de professores Alberto Joaquim Chipande de Pemba também é um exemplo a destacar, a falta de consulta sobre as necessidades que a instituição enfrenta levaram ao uso desnecessário e inapropriado dos fundos para intervenção no instituto, ou seja, instalação de equipamento sanitário inapropriado para adultos e a não intervenção em locais de maior necessidade como esgotos e foças são problemas realçados pela direcção. Um outro aspecto a destacar que está relacionado ao custo das obras é a estrutura dos sanitários e fontes de água e sistemas de lavagem de mãos. O tamanho, o desenho, o material usado e os acabamentos são detalhes que grandemente influenciam no custo total das obras<sup>10</sup>. De modo geral, observou-se uma similaridade da estrutura das obras em grande maioria das escolas e institutos visitados, tal como mostra a Figura 2 abaixo:

<sup>10</sup> <https://arrow.tudublin.ie/cgi/viewcontent.cgi?article=1028&context=beschreoth>

**Figura 4:** Escolas Secundárias de 1- Mabilibili/Maputo; 2- Chiguivitane/Gaza; 3- Mateus Sansão Mutemba/Tete; 4- Instituto Industrial de Morrumbala/Zambézia; 5- Secundária Eduardo Silva Nihia e 6- Secundária Samora Moisés Machel/Niassa.



Existem queixas relacionadas à qualidade do material e equipamentos usados nas obras. Directores de algumas escolas lamentaram o facto de se instalar torneiras plásticas nos sanitários e pontos de lavagem de mãos intervencionados, visto que não possuem nenhuma garantia de qualidade e durabilidade. É ainda denunciada a má qualidade dos pisos dos sanitários e dos equipamentos como sanitas.

A Escola Secundária de Malema em Nampula, é um exemplo de uso de equipamentos de baixa qualidade e de baixo custo. Embora as obras tenham dado um alívio às condições de saneamento da escola, preocupa à direcção a questão da durabilidade destas obras e particularmente dos equipamentos instalados, o director desta escola ressalta o facto de o material usado não ser consistente propiciando uma rápida degradação. Um aspecto destacável é que antes da entrega das obras o empreiteiro trocou 3 vezes as torneiras instaladas, dada a qualidade das mesmas (torneiras plásticas), contudo mesmo após a entrega das obras, o problema persiste.

Contactado o responsável pela obra, o mesmo não negou a falta de qualidade no material usado nesta escola, razão pela qual se estão a registar danos precoces. Após a terceira instalação das torneiras plásticas pelo empreiteiro, o director da escola adquiriu torneiras de ferro, “as mais baratas do mercado”, em substituição às de plástico.

No distrito de Ngaúma em Niassa, a Escola Secundária Geral de Ngaúma foi uma das beneficiárias do projecto, um caso a destacar de degradação precoce das obras. Findas as obras nesta escola, o Director salutou a intervenção nesta escola, mas mostra-se, igualmente, insatisfeito com estado actual das mesmas, dado que, o tecto dos sanitários reabilitados têm infiltrações sempre que chove, o que contribui para a rápida degradação da obra; registam-se fugas de água na rede de canalização. Registe-se que a obra foi entregue à escola em Fevereiro do ano corrente. Estes factos denunciam a má qualidade dos materiais usados para estas intervenções.

*“Agradecemos ao Governo pelo esforço feito, a escola estava a necessitar...mas deixo uma observação no sentido de trabalhar mais com a empreitada em termos de qualidade das obras, e esta questão é geral, há muitas reclamações de outras escolas na província”* – ressaltou o director.

A situação vivida no Instituto de formação de professores Alberto Joaquim Chipande de Pemba assemelha-se. A instituição foi beneficiária de obras de reabilitação de sanitários, contudo a comunidade escolar mostram-se insatisfeita com as obras:

*“Ficamos arrependidos com a remoção do material original anterior, para a colocação do novo material que não tem qualidade. É uma situação triste porque a instituição com os pequenos fundos das receitas internas<sup>11</sup> consegue até por si fazer obras e comprar materiais de maior qualidade que as obras do empreiteiro. Com as obras encarregues a um empreiteiro, esperava-se que as mesmas tivessem muito boa qualidade, mas não foi o que se aconteceu”*. – Declarou o director do instituto.

As obras adjudicadas à empreiteira JIangsu Geology e Construction Co., Ltd, na província de Manica, nomeadamente, as escolas Secundária Divina Providência de Dombe, a Secundária de Munhinga e a Escola Secundária de Sussundenga, beneficiária de obras de reabilitação de fontes de água e de reabilitação de sanitários. Esta última apresenta estrutura visivelmente diferente da dos sanitários de outras escolas, desconhecendo-se as razões desta diferença. Existindo um padrão definido para as intervenções dos empreiteiros, esta obra mostra-se aquém do padrão verificado nas outras escolas contruídas ou reabilitadas, com impacto directo no custo da mesma.

---

11 Um estudo do CIP que aborda o facto do Governo não garantir algumas despesas básicas das escolas delegando as contribuições dos pais. <https://www.cipmoz.org/pt/2020/06/28/em-tempos-de-emergencia-devido-a-covid-19-estado-mocambicano-deixa-parte-da-gestao-das-escolas-publicas-a-sua-sorte/>



**Figura 5:** 1- Sanitário Escola Secundária de Sussundenga; 2- Sanitário Escola Secundária de Munhinga/ Província de Manica



A aquisição de equipamentos de baixa qualidade em detrimento dos mais duradouros, torna o custo das obras relativamente baixo. Geralmente empresas que pagam comissões/subornos para conseguir contratos públicos, esperam reaver o valor executando a empreitada a um custo mais baixo comparativamente ao estipulado no caderno de encargos, o que compromete a qualidade da obra.

O conjunto de factores descritos nesta síntese, desde a situação de execução orçamental (cerca de 93% dos fundos executados até Dezembro de 2020), cerca de 58,6% de obras não concluídas nas escolas e 50% dos institutos, até aos problemas de inexistência de uma base sólida de estimação de custos em cada instituição beneficiária e problemas de ineficiência de intervenção levam a questionar, **qual é o custo efectivo das obras de construção e reabilitação de sanitários e fontes de água levadas a cabo pelo Governo?**

### **3. Conclusões e Recomendações**

O processo de construção e reabilitação de sanitários nas escolas e institutos públicos previsto para ter uma duração máxima de 90 dias demonstrou-se ineficiente e não transparente. Por um lado as obras em grande parte das instituições não foram finalizadas no prazo previsto, para além dos problemas descritos anteriormente de desconhecimento do custo de cada intervenção, a qualidade das obras, e a falta de alinhamento entre as necessidades prioritárias destas instituições e o executado.

Por outro lado, o Governo, através do decreto n.º 50/2021 de 16 de Julho, encerrou novamente as aulas presenciais, devido ao aumento do número de casos positivos de COVID-19 nas escolas. Esta medida, mostra que de alguma forma este projecto não fez surtir os efeitos desejados na altura do seu desenho, a contenção de casos de infecção nas instituições de ensino público.

Neste sentido, o CIP recomenda ao Governo a:

- Apresentar um relatório público detalhado que indique as escolas e institutos beneficiários das obras, os tipos de intervenção e os respectivos custos desagregados (por escola) destas intervenções;
- Fiscalizar de forma rigorosa as obras executadas, especialmente das obras em andamento, impelindo ao cumprimento dos termos contratuais e por formas a garantir a qualidade das obras;
- Para eventuais novos consurso, contratar empreiteiros locais, para facilitar o controle, fiscalização e particularmente, para dinamizar o ambiente de negócios locais;
- Incluir beneficiários na avaliação das intervenções a serem executadas para garantir que não haja desperdício de fundos com intervenções desnecessárias.

## Documentos Consultados

Decreto n.º 94/2013 de 31 de Dezembro, Aprova o Regulamento do Exercício da Actividade de Empreiteiros e de Consultor de Construção Civil.

Decreto n.º 50/2021 de 16 de Julho, revê as medidas para a contenção da propagação da pandemia da COVID-19, enquanto durar a Situação de Calamidade Pública, e revoga o Decreto n.º 42/2021, de 24 de Junho.

Cunningham, T (2013), Factors Affecting The Cost of Building Work – An Overview, Dublin Institute of Technology, disponível em: <https://arrow.tudublin.ie/cgi/viewcontent.cgi?article=1028&context=beschreoth> [Consultado a 08/07/2021 as 15h48]

MEF (2021), Conta Geral do Estado 2020, disponível em <https://www.mef.gov.mz/index.php/documentos/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/conta-geral-do-estado-cge/cge-2020/1231-conta-geral-do-estado-ano-2020-volume-i-relatorio-do-governo-sobre-os-resultados-da-execucao-orcamental/file?force-download=1> [consultado a 25/05/2021, as 15h03]

MEF (2021), Balanço do Plano Económico e Social, disponível em: <https://www.mef.gov.mz/index.php/documentos/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/plano-economico-social-pes/pes-2020/-42/1204--272/file?force-download=1> [consultado a 23/05/2021, as 11h28]

MEF (2021), Relatório de Uso de Fundos no âmbito da Covid-19, disponível em: <https://www.mef.gov.mz/index.php/covid-19/1215-relatorio-de-uso-de-fundos-no-ambito-da-covid-19/file> [consultado a 08/07/2021, as 15h14]



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



## Informação editorial

**Director:** Edson Cortez

**Autora:** Leila Constantino

**Revisão de pares:** Borges Nhamirre, Aldemiro Bande, Estrela Charles, Rui Mate, Inocência Mapipe, Baltazar Fael, Ben Hur Cavelane, Júlia Zita e Stélio Bila

**Revisão Linguística:** Samuel Monjane

**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,  
Bairro da Sommerschild, nº 124  
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917  
Cel: (+258) 82 3016391  
[f @CIP.Mozambique](#) [t @CIPMoz](#)  
[www.cipmoz.org](http://www.cipmoz.org) | Maputo - Moçambique



EM HOMENAGEM A ALFREDO BINDA  
1961-2021